

## **Palavras de ordem vazias**

Márcio Fortes

19/09/2007

A reestatização da Vale do Rio Doce e a extinção do Senado Federal foram propostas aprovadas pelo PT em seu 3º congresso nacional. Quanta improvisação, superficialidade e pretensão, recheadas de palavras de ordem vazias.

A Vale, em dez depois após privatizada, multiplicou por dez o número de seus empregados. Paga muito mais impostos. Exporta muito mais. Sustenta, em grande parte, a pauta de exportações brasileira. Privada, não demanda capitais ao Tesouro Nacional. .

O Senado brasileiro foi fundado, à semelhança do Senado americano, para representar a federação. São dois senadores por cada estado. O modelo funcionaria direito não fossem as sucessivas anomalias que foram se criando.

A principal delas é o processo eleitoral, que inclui o suplente, uma pessoa que não tem voto. Outra é a estrutura excessiva para os senadores, que faz com que o dispêndio do Senado seja uma vez e meia o da Câmara dos Deputados, com o agravante de que o primeiro abriga 81 membros e a segunda, 513.

Essas anomalias se somam à distorção máxima que é o número mínimo de deputados por estado. O deputado tem que representar a população. Não há como dissociar uma coisa da outra com artificialismos, como aquele inventado no pacote de abril de 1977, criando a cota mínima de oito deputados por estado. Isso fez com que os estados menos populosos do país tenham um número de deputados completamente desproporcional à sua população.

Nada tenho contra idéias inovadoras. Mas, não é assim que se faz. A proposta correta é redefinir a federação, inclusive a questão fiscal, a distribuição dos impostos em todos os quesitos que envolvam mais de um estado. E restringir ao máximo a possibilidade que permanece viva da criação infindável de novos estados, pois cada um deles pode instituir mais três senadores e oito deputados, aumentando a anomalia.

Mais importante que tudo, entretanto, é a chamada e tão esquecida reforma política que, aí sim, poderia gerar conseqüências muito importantes e quase vitais no momento atual. Devolveria a legitimidade às Casas Legislativas e faria com que, efetivamente, cada um de nós possa entender seu papel na vida política do país, minimamente por saber o nome do deputado e do senador em quem votou nas últimas eleições.